

## A FORMA “ÁREA DE CONHECIMENTO” NA ORGANIZAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO: UM ARQUIVAMENTO DE RELATÓRIOS DE ATIVIDADES DA CAPES – BRASIL (1953-1964)<sup>1</sup>

Inauã Weirich Ribeiro <sup>2</sup>  
Angélica Vier Munhoz <sup>3</sup>

### RESUMO

Este texto conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Com o intuito de problematizar a produção discursiva da Área de Conhecimento em Ensino (ACE) da CAPES e buscar compreender o modo pelo qual a CAPES organiza a pós-graduação no país, torna-se importante pensar sobre a forma “área de conhecimento” que aloca os cursos de pós-graduação do ensino superior brasileiro. Em relação a isso, a partir de um arquivo de relatórios do período inicial da CAPES (1951-1964), este texto tem como objetivo específico arquivar o modo como a forma “área de conhecimento” emerge em uma série documental da CAPES. Com uma perspectiva arqueogenealógica, esta pesquisa se filia aos estudos arquivísticos foucaultiano, de modo que a noção de arquivo ganha caráter teórico-metodológico, na medida em que é o ponto de partida do trabalho empírico, mas também é o que proporciona desenvolver a problematização dos seus resultados. É possível afirmar, com base nos relatórios de atividades arquivados, que a forma “área de conhecimento” não era utilizada inicialmente para a organização dos cursos de graduação e pós-graduação brasileiros. A maneira pela qual a CAPES organizava os cursos de graduação e pós-graduação em seu início era variada, conforme os dados disponíveis e os interesses de atuação da agência, limitando-se em dividir variavelmente em: ramos de ensino, campos de ensino, campos de estudos, campos e assuntos.

**Palavras-chave:** Área de Conhecimento, CAPES, Ensino, Relatórios de Atividades, Pós-Graduação.

### INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado que ainda está sendo desenvolvida e já foi qualificada. A tese tem como intuito problematizar o modo como a Área de Conhecimento em Ensino (ACE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), produz discursos em torno da noção de ensino. Esta problematização é colocada em jogo, visto que, em termos organizacionais da CAPES, a ACE

---

<sup>1</sup> Este artigo conta com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e está vinculado ao Projeto *A produção discursiva da área de conhecimento em Ensino: o que o arquivo nos diz?* (Edital FAPERGS 07/2021 PqG). O projeto é desenvolvido pelo Grupo de Trabalho 2 – Arquivo, Docência e Criação do Grupo de Pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/Univates/CNPq), o qual tem se voltado para pesquisas arquivísticas relacionadas à Área de Conhecimento em Ensino (ACE) da CAPES em virtude de estar vinculado a um Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE).

<sup>2</sup> Doutoranda, com bolsa integral PROSUC/CAPES, pelo Curso de Pós-Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari – Univates, [iwribeiro@universo.univates.br](mailto:iwribeiro@universo.univates.br);

<sup>3</sup> Professora orientadora: Doutora, Progranhjn ma de Pós-Graduação em Ensino - Univates, [angelicamunhoz@univates.br](mailto:angelicamunhoz@univates.br).

se diferencia burocraticamente da Área de Conhecimento em Educação (ACEdu). Enquanto a ACE está vinculada à Grande Área de Conhecimento Multidisciplinar do Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, a ACEdu está vinculada à Grande Área de Conhecimento de Ciências Humanas do Colégio de Humanidades.

Essa diferenciação implica diretamente nas práticas discursivas e não discursivas produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) que passam a se perceber como cursos que não produzem pesquisa em educação, mas sim pesquisa em ensino. As práticas discursivas podem ser precisadas como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.” (FOUCAULT, 2020, p. 144). Essas práticas discursivas podem ser relacionadas à outras - sociais, políticas, jurídicas e econômicas -, práticas não discursivas, portanto. Nesse sentido, compreendendo que há uma diferenciação discursiva entre o “ensino” e a “educação” na pós-graduação brasileira, tomar os discursos que são produzidos em torno do ensino, na área de Ensino, se torna importante para que possamos problematizar o que, em termos de país, estamos compreendendo por “ensino”.

Com uma perspectiva arqueogenealógica, esta pesquisa se filia aos estudos arquivísticos de Michel Foucault (2020). A noção de arquivo ganha caráter teórico-metodológico, na medida em que é o ponto de partida do trabalho empírico, mas também é o que proporciona desenvolver a problematização dos seus resultados. Para Michel Foucault (2020, p. 158), “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”. Daí decorre que o arquivo permite pensar aquilo que foi possível dizer em determinado período histórico, sendo que os enunciados são tomados no nível de dito e nas relações entre si.

Dessa maneira, compreende-se que, em já existindo uma ACEdu, a ACE passa a funcionar como uma nova formação discursiva (FOUCAULT, 2020), produtora de focos de experiências possíveis (FOUCAULT, 2010) que buscam se diferenciar da pesquisa em educação. Por efeito, se poderia afirmar que a ACE da CAPES no Brasil é uma forma recente de pesquisa, a qual busca encontrar diferenciações em relação à pesquisa em educação, tendo não muito mais que uma década de existência. Entretanto, ao se tratar da pesquisa associada à Pós-graduação no Brasil, aborda-se uma organização institucional específica, cuja operacionalização burocrática se dá por meio da CAPES. Daí decorre as indagações: De que modo a CAPES organiza a Pós-graduação no Brasil? De que modo as Áreas de Conhecimento compõem a Pós-graduação no Brasil?

Com o intuito de problematizar a produção discursiva da ACE e buscar compreender o modo pelo qual a CAPES organiza a pós-graduação no país, é importante pensar sobre essa forma “área de conhecimento” que aloca os cursos de pós-graduação do Ensino Superior brasileiro. Em relação a isso, a partir de um arquivo de relatórios, este texto tem como objetivo específico arquivar o modo como a forma “área de conhecimento” emerge em uma série documental da CAPES: os Relatórios de Atividades da CAPES (1953-1964), divulgados no Arquivo Histórico Digital da CAPES<sup>4</sup>. Em uma perspectiva arqueogenealógica, parte-se de um arquivo/problemática e se recua no tempo, por meio das materialidades discursivas, com o intuito de localizar o modo pelo qual determinados enunciados emergem na relação com outros enunciados (FOUCAULT, 2020). Assim, para pensar a emergência da ACE, foi possível, com os relatórios de atividades da CAPES, perceber o modo como a forma “área de conhecimento” emerge no emaranhado de enunciados da documentação burocrática da CAPES.

Posto isso, segue-se assim o texto: na seção Metodologia será apresentado o processo de arquivamento realizado. Na seção Resultados e Discussão, destaca-se o arquivamento de enunciados que conotam, em alguma medida, à forma “área de conhecimento” no período da Campanha da CAPES (1953-1964), momento no qual tanto a CAPES quanto a pós-graduação passam a ser organizadas no Brasil. O texto encerra com as Considerações Finais, nas quais são apresentadas a interlocução desses resultados com os outros movimentos arquivísticos realizados na pesquisa de doutorado.

## **METODOLOGIA**

Para adentrar na questão do modo pelo qual a CAPES organiza a pós-graduação no Brasil, é preciso antes rastrear o arquivo disponível em relação ao tema. Como referência de busca, tomou-se o próprio site da CAPES como base de dados. Dos diversos arquivos encontrados no site, optou-se por compor, entre outras, uma série documental de Relatórios de Atividades da CAPES (1953-2004), disponíveis no Arquivo Histórico Digital da CAPES. Para o processo de leitura desses documentos, foi criada uma subsérie com parte dos relatórios disponibilizados, pois, os mesmos, correspondem a um período específico da CAPES. Os primeiros relatórios de atividades disponíveis referem ao período da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesta análise, optou-se por nomear apenas de

---

<sup>4</sup> [memoria.capes.gov.br](http://memoria.capes.gov.br).

‘Campanha’ a CAPES do período referente à 1951-1964. Os relatórios, aqui analisados, correspondem aos anos de 1953 à 1964 e foram produzidos trimestralmente.

Os relatórios trimestrais dos anos 1954, 1955, 1956, 1959, 1960 e 1961 estão disponibilizados separados e reunidos em um único documento. Os relatórios de 1957 e 1958 constam apenas separados. Entretanto, consta no arquivo referente aos anos de 1962 e 1963 apenas relatórios-resumos de atividades e programas de trabalho para o ano subsequente ao relatado. Assim, o arquivo do período da Campanha apresenta um programa de trabalho para 1964, cujo relatório é visibilizado já com a apresentação de que Campanha passara a ser Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os anos de 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963 possuem relatórios-resumos de atividades do ano e programas de trabalho para os anos subsequentes. Destes relatórios disponíveis, após uma leitura dos textos completos, quatorze (14) foram arquivados. Os relatórios selecionados foram incluídos com os critérios de: a) que tivessem alguma passagem que exemplificasse o trabalho da Campanha, de modo descritivo; b) que permitissem visibilizar alguma prática (não)discursiva relacionada com o ensino; e, c) que permitissem compreender a organização dos cursos e produção científica tomando a forma “área de conhecimento” ou correlatos. No caso da opção “b”, as práticas (não) discursivas deveriam tomar o ensino como um objeto de discussão, visto que, ao falarmos da CAPES (e da Campanha), todas as suas práticas, em alguma medida, estão relacionadas às práticas de ensino. Isso ocorre em decorrência dos objetivos da instituição que são voltados para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Segue abaixo quadro com os relatórios arquivados.

Quadro 01 - Relatórios da Campanha (1953-1963) arquivados<sup>5</sup>

Nº	Relatório	Solicitado por	Entregue por
5	Item - Relatório Trimestral de Atividades - 1º Trimestre de 1957	Ministro Clovis Salgado	Secretário Geral Anísio Teixeira
6	Item - Relatório Trimestral de Atividades - 1º Trimestre de 1958	Ministro Clovis Salgado	Secretário Geral Anísio Teixeira
9	Item - Relatório Trimestral de Atividades - 4º Trimestre de 1958	Ministro Clovis Salgado	Secretário Geral Anísio Teixeira
10	Item - Relatórios Trimestrais de Atividades 1959	Ministro Clovis Salgado	Secretário Geral Anísio Teixeira
12	Item - Relatório Trimestral de Atividades 1961	Sem Assinatura	Sem Assinatura

<sup>5</sup> Foram apresentados no quadro apenas os documentos indicados na categoria Forma próximas de “área de conhecimento” apresentada neste artigo.

13 Item - Resumo das Atividades e Programa de Trabalho [1957-1958; 1958-1959]	Sem Assinatura	Secretário Geral Anísio Teixeira
---	----------------	----------------------------------

Fonte: Da pesquisadora (2023), montado a partir do arquivamento realizado em 16/06/2023.

As páginas desses documentos aparecem nas imagens digitalizadas, tanto no registro original, quanto em páginas numeradas pelo setor que as arquivou. Por isso, os enunciados suspensos para a descrição dessa pesquisa foram identificados entre parênteses “( )” na seguinte fórmula: p. (nº de página do arquivo) ou (número de página do documento), doc (nº do relatório no quadro de arquivamento dessa pesquisa), ano do documento. Nessa fórmula, a localização do enunciado fica como nesse exemplo: (p. 2050 ou 1, doc2, 1954). Com essa documentação, foi possível visibilizar algumas práticas (não)discursivas da Campanha de modo geral, em torno do ensino e de formas de enunciados que conotam, em alguma medida, a forma “área de conhecimento”. Essas práticas (não)discursivas foram arquivadas em três categorias: 1) A CAPES no seu período de Campanha (1951-1963); 2) Práticas (não) discursivas de ensino; e, 3) Forma próxima de “área de conhecimento”. Neste artigo, optamos por descrever na próxima seção, apenas as práticas discursivas que foram arquivadas na categoria “3) Forma próxima de “área de conhecimento”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relativo ao período de Campanha (1951-1964) da CAPES, momento no qual o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior passa a ser organizado no Brasil, pergunta-se: de que modo a forma “área de conhecimento” emerge no arquivo permitindo compreender a organização dos cursos e produção científica brasileira, desde o período de Campanha? Essa subseção foi pensada no intuito de rastrear o modo pelo qual a Campanha organizava os cursos de graduação e pós-graduação no período. Tomou-se as formas voltadas tanto para a graduação quanto para a pós-graduação, visto que nesse período não havia uma divisão curricular nesse sentido, apenas cursos de ensino superior e cursos pós-graduados e ações de aperfeiçoamento: cursos, eventos, viagens, auxílios, etc.

Percebeu-se, nos relatórios de atividades, a emergência de cinco formas semelhantes à “área de conhecimento”, a saber: ramos de ensino, campos de ensino, campos de estudos, campos e assuntos. A forma **ramos de ensino** aparece no relatório de 1959, relativo aos exames vestibulares de 1958.

Com respeito à afluência de candidatos aos exames vestibulares, o ano de 1958 registra a média de 144 candidatos por estabelecimento informante, contra a média de 165 em 1957 e 104 em 1954 (Tabela 1). Embora os dados acima sejam insuficientes

para fornecer conclusões convincentes, o elevado ritmo de crescimento do número de estabelecimentos de ensino não parece se refletir, no conjunto, em redução na média de candidatos por escola, que a presente para os dois últimos anos, significativo aumento sobre<sup>6</sup> a média verificada em 1954. Quando se examinam os resultados com relação **aos ramos de ensino**, verifica-se que os cursos de Medicina e de Engenharia registram os maiores incrementos de afluência, pois que, partindo de cerca de 280 candidatos por escola, em 1954, figuram, em 1958, com 433 e 390, respectivamente. Em menores proporções são os aumentos observados para **os ramos de Ciências Econômicas, Direito, Filosofia, Ciências e Letras e Agronomia**. Estacionários, no período considerado, se mostram os cursos de Farmácia, Odontologia e Veterinária, ao passo que Arquitetura e Enfermagem acusam decréscimos. (p. 0789 ou 26, doc10, 1959, grifo nosso).

Os “ramos de ensino” se referem a cursos de graduação existentes à época. Além de aparecerem nas estatísticas dos exames de vestibulares, há tabelas como no relatório de 1959, onde são indicados na coluna “Ramos de ensino” (p. 0922 ou 34, doc10, 1959), os cursos de graduação, levantados mediante inquéritos enviados às faculdades de ensino superior, como: “Agronomia”, “Arquitetura”, “C. Econômicas”, “Direito”, “Engenharia”, “Fil. C. Letras”, “Medicina”, “Quím. Ind.”, “Veterinária” (p. 0922 ou 34, doc10, 1959). Semelhante à forma ramos de ensino, emerge a forma **campos de ensino** no relatório de 1957. Relativo ao mapeamento de referências bibliográficas, o Programa de Quadros Técnicos e Científicos (PQTC) de 1957 aponta que “considera o pequeno número de bibliotecas existentes no Brasil, no que respeita aos **campos de ensino** de sua alçada, e a pobreza da maioria delas, como um dos maiores empecilhos ao aperfeiçoamento do pessoal de nível superior” (p 057 - 20 - e 0580 - 21-, doc5, 1957, grifo nosso).

Uma terceira forma emergiu nos relatórios: a forma **campos de estudos**. Essa forma está mais associada a distribuição de bolsas, principalmente as bolsas tipo “C” definidas no relatório de 1958 como “relativas a auxílios suplementares, destinados a cobrir despesas não previstas pelas bôlsas de que são os candidatos titulares” (p. 0714 ou 28, doc6, 1958). A apresentação das informações da distribuição das bolsas aparece em um quadro com três colunas, nas quais são indicados os campos de estudo, o número de candidatos e o número de contemplados. Nesse caso, os campos de estudos foram classificados em seis: “Agricultura e Veterinária”, “Biologia e Medicina”, “C. Sociais, Econ. e Adm.”, “**Educação**”, “Engenharia e Arquitetura”, e “Humanidades” (p. 0714 ou 28, doc6, 1958, grifo nosso). Diferentemente de 1958, no relatório de 1959 nas bolsas tipo C, a Educação emerge junto das Ciências Sociais, na seguinte sequência: “Agronomia e Veterinária”, “Biologia, Medicina e Odontologia”, “Ciências Físicas e Matemáticas”, “**Ciências Sociais, Educação**”, “Engenharia e Arquitetura”, “Humanidades” (p. 0911 ou 31, doc10, 1959). Isso também se repete em 1961: “Agronomia e

<sup>6</sup> Optou-se por manter, nas transcrições dos enunciados, a norma da língua do período.

Veterinária”, “Artes”, “Biologia, Medicina e afins”, “Ciências Físicas e Matemáticas”, “**Ciências Sociais, Educação**”, “Engenharia, e Arquitetura”, “Humanidades” (p. 1182 ou 16, doc12 1961, grifo nosso).

Ainda em 1958, são demonstradas bolsas disponibilizadas pela Governo Alemão e Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico através da colaboração da Campanha com a Embaixada Alemã. O movimento das inscrições para as bolsas é apresentado em quadro, no qual consta a quantificação por campo de estudos pretendidos. São eles: “Artes”, “Ciências Naturais”, “Ciências Sociais”, “**Educação**”, “Economia”, “Engenharia”, “Filosofia”, “Língua e Literatura Alemã”, “Medicina e Odontologia”, “Psicologia”, “Química”, “Serviço Social”, “Veterinária” (p. 0718 ou 33, doc6, 1958, grifo nosso). Ainda no mesmo ano, no quarto trimestre, foram divulgados dados do Programa de Bolsas em cooperação com outras instituições, governamentais ou particulares. Uma dessas cooperações foi com o *Canadian Council* em três grandes campos: Artes, Humanidades e Ciências Sociais.

Nos estudos de **Artes** estão compreendidos aperfeiçoamentos, em nível de pós-graduação ou extracurriculares, em arquitetura, teatro, literatura, música, pintura, escultura, artes gráficas e outras atividades criativas ou interpretativas como cinema, rádio ou televisão.

Nas **Humanidades**, os estudos deverão também realizar-se em nível de pós-graduação ou extracurricular, em um dos seguintes **campos**: história, línguas, literatura, matemática pura, filosofia e arqueologia.

As **Ciências Sociais** incluem economia, sociologia, ciência política, antropologia, geografia, direito, **educação** e psicologia. Essas bôlsas estão abertas a artistas, humanistas e estudiosos de Ciências Sociais, que tenham revelado excepcionais aptidões para êsses estudos e atividades e que possuam um diploma universitário ou qualificações equivalentes. (p. 0806 ou 14, doc9, 1958, grifo nosso).

É interessante observar que esses são campos voltados para a pós-graduação ou cursos extracurriculares. No caso das Ciências Sociais, nas quais a educação está incluída, não consta se as bolsas seriam destinadas para cursos de graduação ou pós-graduação, apenas há o complemento abaixo afirmando que o candidato deve possuir diploma universitário. Mais adiante, no texto, há um complemento que afirma “os candidatos a estudos pós-graduados deverão cumprir um programa orientado para a obtenção, no mínimo, do ‘*Master’s degree*’. Os interessados em realizar estudos extracurriculares deverão apresentar um plano detalhado das atividades que pretendem desenvolver” (p. 0806 ou 14, doc9, 1958, grifo do autor). Essa é única vez que a delimitação de mestrado ou doutorado para os cursos aparece nos relatórios no período da Campanha.

Para o ano seguinte, 1959, dentre os campos de estudos para bolsas tipo C, indicadas como “Internacionais” (p. 0842 ou 26, doc10, 1959), é suprimido o campo de estudos da educação. Este, por sua vez, é indicado nas bolsas tipo A, indicadas como “Nacionais” (p. 0843

ou 27, doc10, 1959), sendo os campos de estudos indicados, respectivamente: “Biologia e Medicina”, “Engenharia”, “Ciências Sociais”, “C. Físicas e Matemática”, “Humanidades”, “**Educação**”, “Agronomia e Veterinária”. A discriminação de campos de estudos, no ano de 1959, aparece também relativo a “Projetos iniciados no trimestre” para “estudos no país” (p. 0848 ou 31, doc10, 1959, grifo nosso), para “aperfeiçoamento no estrangeiro” (p. 0849 ou 32, doc10, 1959) e nas bolsas de tipo B “destinadas a pessoal graduado” (p. 0873 ou 18, doc10, 1959). Nesses três casos não aparecem nem um campo de educação ou de ensino.

Entretanto, especificamente no relatório trimestral do 2º trimestre de 1959, são indicados nos campos de estudo das bolsas tipo C, em quadro da relação nominal dos candidatos contemplados, cursos com nome ensino: “Administração de empresas”, “Imigração”, “Biblioteconomia”, “Odontopediatria”, “**Ensino de Odontologia**”, “Paleontologia”, “Conser. recursos naturais”, “Farmacologia”, “Eng. de petróleo”, “Planejamento urbano”, “Electrônica”, “Mecânica dos solos”, “Economia Agrícola”, “Marés e correntes”, “Trans. de energia”, “Literatura portuguesa”, “Linguística”, “Suinocultura”, “**Ensino de Artes Plásticas**”, “Eletrotécnica Radioquímica” (p. 0878 ou 23, doc10, 1959, grifo nosso). O mesmo ocorre novamente no relatório trimestral do 3º trimestre de 1959: “Economia”, “Economia Humana”, “Psicologia aplicada”, “Sociologia”, “Extensão rural”, “Irrigação”, “Rec. Audio-Visuais”, “Físico-Química”, “Bioquímica”, “Enfermagem”, “Genética”, “**Ensino de Odontologia**”, “Dermatologia”, “Neurofisiologia”, “Filologia”, “Arquitetura”, “Pavimentação”, “Telecomunicações”, “Engenharia”, “Industrial”, “Turbinas e gás”, “Ind. Automobilística”, “Usinas hidrelétricas”, “Estruturas metálicas”, “Estruturas e Fundações”, “Mecânica dos Solos”, “Anestesia”, “Organização Hospitalar”, “Assist. Prematuros”, “**Educação**” (p. 0912 ou 24, doc10, 1959, grifo nosso). Nessa segunda emergência, a educação aparece entre os cursos.

As duas últimas formas que emergiram nos relatórios e resumos de atividades foram campos e assuntos. Em 1957, no resumo de atividades, a noção de campos aparece dissociada de ‘estudos’ na indicação de “concessão de 137 bôlsas e auxílios para **cursos e estágios de aperfeiçoamento pós-graduado no estrangeiro**, a candidatos procedentes de 12 Estados, dentro dos seguintes **campos**: Agronomia e Veterinária, Artes, Biologia e Medicina, Ciências Físicas e Matemáticas, Ciências Sociais, **Educação**, Engenharia, Humanidades” (p. 1268 ou 5, doc13, 1957) - nesse trecho, a educação vem separada das Ciências Sociais -. E, a forma **assuntos** emergiu em 1961, na seção “Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores” (p.1187 ou 21, doc12, 1961), na qual foram divulgados os

Cursos internacionais de verão, da “Faculdade de Filosofia, Letras y Ciências de la Educacion”, da Universidade Central do Equador, a serem realizados entre 11 de agosto e 11 de setembro, sobre os seguintes **assuntos**: Filosofia, Literatura, Arte,



Folklore Equatoriano, Educação, Sociologia, Direito, História e Geografia do Equador, Geologia e Recursos Naturais do Equador, Biologia, Psicologia e Línguas (inclusive quichua).

Para frequência a esses cursos oferecem-se cinquenta bolsas de estudo, constando do pagamento das taxas escolares e despesas de manutenção. (p. 1189 ou 23, doc12, 1961, grifo nosso).

Os assuntos nesse trecho, referem-se, em verdade, aos cursos para os quais os candidatos concorriam a bolsas. É possível afirmar sobre o período da Campanha da CAPES, com base nos relatórios de atividades disponíveis, que a forma “área de conhecimento” não era utilizada para a organização dos cursos de graduação e pós-graduação brasileiros. A maneira pela qual a CAPES, inicialmente, organizava os cursos de graduação e pós-graduação era variada, conforme os dados disponíveis e os interesses de atuação da agência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, recorte de uma pesquisa de doutoramento que ainda está sendo desenvolvida, teve como intuito arquivar o modo pelo qual a forma “área de conhecimento” e correlatos emergem no arquivo de Relatórios de Atividades da CAPES, no seu período de Campanha. Esse exercício arquivístico se dá pelo movimento arqueogenealógico, de perspectiva foucaultiana. Recuar no tempo para analisar o modo como determinado enunciado se repetiu e se modificou ao longo do tempo permite compreender as condições de possibilidade para a emergência de determinadas práticas (não)discursivas no tempo presente.

Dessa maneira, mesmo que o problema central da discussão se refere a práticas (não) discursivas recentes, que dizem do modo como nós existimos em nosso tempo, o recuo da análise em documentos mais antigos permite perceber o arco histórico pelo qual determinados focos de experiência passam a engendrar nossos modos de existir. Através dos Relatórios de Atividades da CAPES, especificamente no seu período de Campanha, com os enunciados que carregam correlatos da forma “área de conhecimento”, foi possível perceber que a organização da pós-graduação brasileira em áreas de conhecimento não fez parte da origem da pós-graduação na figura da CAPES. Pelo contrário, a forma “área de conhecimento” foi *a posteriori* aos primeiros movimentos de organização do ensino superior brasileiro inventada como uma medida organizacional, com vistas à avaliação da produtividade acadêmica. Essa invenção poderá ser observada na década de 1970, com a criação do primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que foi analisado em outro arquivamento dessa mesma pesquisa.

Com esses movimentos de arquivamento, que recuam no tempo para o desenvolvimento da análise, é possível perceber o modo pelo qual a “área de conhecimento” vai aos poucos

ganhando forma, à maneira como a conhecemos hoje. Os movimentos de organização da pós-graduação brasileira, por meio das atividades da CAPES, permitem perceber que as diferenciações entre áreas vão se dando por problemas com que a própria CAPES e ~~com que~~ a comunidade científica, vão se deparando, ao passo em que a avaliação da pós-graduação vai sendo aperfeiçoada.

## **REFERÊNCIAS**

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020. (Campo Teórico)

FOUCAULT, Miche. **O Governo de Si e dos Outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Obras de Michel Foucault).